

O PAPEL DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA AO NEOCOLONIALISMO

Anna Marina Paes Montysuma; Hildo Cezar Freire Montysuma

Universidade Federal do Acre- montysuma10@gmail.com

Resumo

Nós buscamos analisar no subseqüente artigo as causas e os caminhos para a superação da situação de subserviência dos países latino-americanos aos países hegemônicos do sistema internacional. Entendemos que o modelo de educação empregado nesses países, assentado sobre aquilo que se conhece por escola dual, é constituinte dos elementos centrais que sustentam as estruturas de dominação internas e externas. Nesse sentido, observamos o papel que a juventude, sobretudo a juventude estudantil, tem exercido nessa luta contra hegemônica que é a luta por uma educação libertadora.

Palavras chave: Escola dual, contra hegemonia, América Latina.

Introdução

O presente artigo busca analisar o papel da juventude estudantil na América Latina no processo de resistência ao imperialismo, tomando a educação como um campo em que essa resistência se manifesta. Considerando o limite estabelecido para esta exposição de 12 páginas, fizemos um recorte na análise focando nas experiências do movimento estudantil de quatro países, sendo eles: Brasil, México, Argentina e Chile, como exemplo síntese do que ocorre na maioria dos países latino-americanos.

O método utilizado para a orientação da pesquisa e do desenvolvimento deste trabalho é o materialismo histórico e dialético; desta forma, ao buscar na história os exemplos práticos da resistência latino-americana ao neocolonialismo, tomando como referência o movimento estudantil do qual fazemos parte, podemos observar as contradições e os antagonismos de classe que se apresentam no âmbito da educação e da própria organização dos estudantes, para que a partir de então seja feita uma reflexão crítica e autocrítica acerca de tais processos, aperfeiçoando desta forma os embates por uma educação emancipadora como instrumento na luta contra hegemônica.

Metodologia

Diante da necessidade de se compreender de maneira mais aprofundada o papel do movimento estudantil na elevação da qualidade social da educação para o desenvolvimento da nossa sociedade, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica no contexto da inserção ativa no movimento estudantil a partir das práticas de organização dos estudantes na Universidade Estadual da Paraíba e na Universidade Federal do Acre. Nesse sentido está é também uma pesquisa participante.

Além de sites, foram utilizados livros e artigo, em sua maioria escritos por autores latino-americanos que apresentam, sob uma perspectiva crítica, como esse objeto de estudo se manifesta em uma realidade antagônica entre explorados e exploradores. Adotamos como método de análise o materialismo histórico e dialético porque este possibilita compreender tanto a forma como a essência dos fenômenos sociais em suas múltiplas determinações.

Historicamente a América Latina é marcada por resistências. Primeiro, ao colonialismo europeu, que a partir do sec. XV saqueou suas riquezas, escravizou o seu povo e desrespeitou sua história e cultura e posteriormente até os dias de hoje, resiste ao neocolonialismo estadunidense que explora sua mão de obra barata, golpeia suas democracias, compra suas *commodities* a preços baixos e trabalha no sentido de impedir seus Estados de desenvolverem-se de maneira altiva e soberana.

Enquanto outros países do mundo se desenvolvem dialogando com o avanço do sistema capitalista e, na atualidade, com a chamada 4ª revolução industrial, os países latino-americanos permanecem ocupando o mesmo espaço de fornecedores de produtos primários na divisão internacional do trabalho, mantendo assim as velhas estruturas internas e externas de exploração e dominação.

Apesar disso, como foi dito, a resistência sempre esteve presente na história desses povos, que desde a chegada dos conquistadores europeus têm se oposto bravamente à dominação externa. O presente trabalho busca analisar justamente esse processo de oposição na contemporaneidade e o papel da juventude nesse cenário, sobretudo a juventude estudantil, que há muito é ponta de lança da defesa das soberanias nacionais e do combate ao imperialismo e às formas internas de opressão estruturantes desse sistema.

A relação centro-periferia que foi sendo consolidada a partir do desenvolvimento do capitalismo no mundo, em que uns poucos países se encontram no centro econômico do planeta, e que se utilizam do pouco avanço material dos países chamados periféricos para seguir enriquecendo, se reflete também nas relações sociais internas dos Estados e, na América Latina, há uma característica específica que faz com que as classes dominantes da maioria dos Estados da região, ao deter as estruturas de poder internas, adotem uma postura entreguista, de costas para o desenvolvimento nacional, contribuindo com a hegemonia das nações que controlam o centro econômico do sistema e a manutenção do *status quo* internacional em troca de sustentação política para seguirem mantendo privilégios e as estruturas de poder de cada país, como observa Galeano (2017, p. 17)

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializaram em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhes cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os anos e a América Latina aprimorou suas funções. [...] a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte de reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias primas e alimentos, destinados aos países ricos que consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los.

Também Frigotto (2017, p.20) trata da subserviência aos países estrangeiros, mas na realidade Brasileira:

“Das burguesias clássicas que lutaram para constituir nações autônomas e independentes e que, mesmo cindidas em classes estruturam sociedades com acesso aos direitos sociais básicos, diferentemente dessas, a burguesia brasileira sempre foi antinação, antipovo, antidireito universal à escola pública. Uma burguesia sempre associada de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital”.

É evidente que, apesar de nos mantermos ocupando o mesmo papel na DIT, a realidade colonial do final dos anos 1400 e início dos anos 1500 não é a mesma realidade em que se encontra a América Latina contemporânea, a organização societária passou por transformações e se tornou mais complexa.

Nesse sentido, Althusser estuda as diferentes "artimanhas" construídas pelo sistema para se reinventar na forma, se mantendo no conteúdo. Ele as divide em dois grupos fundamentais: os aparelhos repressivos de Estado, sobre os quais entende-se tudo aquilo que funciona pela violência, ou seja:

“[...]Lembremos que na teoria marxista de Estado o Aparelho de Estado (AE compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo que chamaremos a partir de agora de Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão <<funciona pela violência>>, - pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas).” (ALTHUSSER, Louis, 1980, p. 42 e 43).

E os aparelhos ideológicos de Estado (AIE) que compreendem instituições especializadas:

“Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...] podemos desde já considerar Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes [...]:

- o AIE religioso[...];
- o AIE escolar;
- o AIE familiar;
- o AIE jurídico;
- o AIE político [...];
- o AIE sindical;
- o AIE da informação [...];
- o AIE cultural [...].” - (ALTHUSSER, Louis, 1980, p. 43 e 44).

Apesar do papel crucial que ambos os aparelhos de Estado adotam na nossa sociedade, é possível aferir que é muito mais difícil de subverter aqueles que estão ligados à reprodução direta da ideologia dominante, porque assumem um papel mais objetivo de formação da consciência dos indivíduos, fazendo assim com que mesmo as pessoas pertencentes às classes subalternizadas se identifiquem e defendam as ideias que as subjugam, isso porque, como desenvolve Gramsci:

“[...] os fatos ideológicos de massa estão sempre atrasados em relação aos fenômenos econômicos de massa e como, portanto, em determinados momentos, o impulso

automático devido ao fator econômico tem seu ritmo diminuído, é travado ou até mesmo destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais; e que por isso, deve haver luta consciente e previamente projetada para fazer com que sejam “compreendidas” as exigências da posição econômica de massa, que podem estar em contradição com as diretrizes dos líderes tradicionais. (GRAMSCI, Antonio, 2007, p. 69 e 70).”

Nessa perspectiva, a educação é fator fundamental de manutenção das estruturas tendo dificultado por exemplo, o avanço de muitos processos revolucionários pelo mundo, já que a ideologia das classes dominantes acaba por ser absorvida pelas classes dominadas que assimilam o discurso individualista e passam a almejar a vida de "classe média" servindo, sem se dar conta, aos interesses da classe que se apropria das riquezas produzidas pela sua.

Dados esses obstáculos no processo de construção da ruptura e desmonte das estruturas de dominação, Gramsci (2007) desenvolve dois conceitos fundamentais pra compreender os processos de resistência contemporâneos, notadamente o movimento estudantil, objeto da reflexão aqui exposto: os conceitos de guerra de posição e guerra de movimento. A guerra de movimento é explicada como o embate direto, a tomada de assalto do poder; já a guerra de posição trata-se da luta pelo estabelecimento da hegemonia na esfera da cultura, dos sindicatos, do parlamento e da luta de ideias. Ou seja, ocupação de “trincheiras”, de “posições” estratégicas no âmbito da superestrutura jurídico-político-ideológica do Estado.

Contudo, essas duas táticas de guerra devem ser aplicadas ou não, levando em consideração a realidade concreta que se apresenta: “A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo[...] (GRAMSCI, Antonio. 2007, p. 72)

Em uma sociedade de organização política e econômica complexas, como é o caso da América Latina, deflagrar uma guerra de movimento, por exemplo, pode provocar reverberações que não sejam as desejadas com o primeiro movimento. Nesses casos, o mais coerente é dialogar com o conceito de guerra de posição:

“[...] nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada como reduzida mais a funções táticas do que estratégicas, deve ser considerada na mesma posição em que antes estava a guerra de assédio em relação à guerra manobrada. A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere a Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. (GRAMSCI, Antonio. 2007, p. 72 e 73)”.

Gramsci chega a essas conclusões ao analisar os fatores que levaram ao sucesso da Revolução russa de 1917 e os que levaram ao fracasso na Itália, considerando que o Partido Comunista Italiano – PCI era forte e influente no norte daquele país onde se situavam os centros operários.

Nos seus famosos Cadernos do Cárcere o revolucionário italiano atribui esse resultado exatamente ao fato de que em estado de bases materiais atrasadas, com uma classe dominante pouco forte, de capitalismo pouco desenvolvido, a estrutura estatal é o único polo de poder; tomar as estruturas estatais nessas circunstâncias é, portanto, tomar o instrumento de manutenção da ordem, nesse caso a guerra de movimento, tomada do Estado de assalto é o caminho mais efetivo e foi o caso da Rússia de 1917.

Todavia em realidades nacionais onde a base econômica é complexa, com o capitalismo desenvolvido, o núcleo governamental não é o único polo de poder e, ainda que seja o central, pode em muitos casos não se constituir em elemento decisivo, daí a necessidade de se ocupar os demais polos que compõem o complexo de poder e, nesses casos, o mais viável é deprender uma guerra de posições para que se conquiste a hegemonia.

Ao contrário de Althusser, que é cético quanto as possibilidades de êxito das classes subalternas na luta no âmbito da superestrutura jurídico-político-ideológica, centrando todas suas energias na luta no âmbito da infraestrutura econômica, Gramsci acredita que em estados de capitalismo avançado a luta deve ser prolongada, conquistando palmo a palmo cada posição, e se dando em todos os campos da infraestrutura econômica e da superestrutura jurídico-política-ideológica.

É nessa perspectiva Gramsciana que o movimento estudantil assume posição estratégica na luta política pela emancipação da América Latina e dos trabalhadores, já que o modelo de educação implementado nos países latino-americanos, mantenedor da ordem capitalista, se assenta naquilo que Demerval Saviani chama de escola dual:

"Chamo de "teoria da escola dualista" porque os autores se empenham em mostrar que a escola, em que pese a aparência unitária e unificadora, é uma escola dividida em duas (e não mais do que duas) grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado." (SAVIANI,1991, p.35)

Saviani busca explicar, a partir de Baudelot e Establet que a escola é utilizada pela burguesia como instrumento de luta ideológica contra as classes trabalhadoras:

"Cabe, isto sim, dizer que ela qualifica o trabalho intelectual e desqualifica o trabalho manual, sujeitando o proletariado à ideologia burguesa sob um disfarce pequeno-burguês. Assim, pode-se concluir que a escola é ao mesmo tempo um fator de marginalização relativamente à cultura burguesa assim como em relação à cultura proletária. Em face da cultura burguesa, pelo fato de inculcar à massa de operários que têm acesso à rede PP apenas os subprodutos da própria cultura burguesa. Em relação à cultura proletária, pelo fato de recalca-la, forçando os operários a representarem sua condição nas categorias da ideologia burguesa. Consequentemente, a escola, longe de ser um instrumento de equalização social, é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultura burguesa, mas também em relação ao próprio movimento proletário, buscando arrancar do seio desse movimento (colocar à margem dele) todos aqueles que ingressam no sistema de ensino." (SAVIANI, 1991, p. 38-39)

Em outras palavras, há duas escolas: uma que educa os filhos dos patrões com currículos mais robustos, fundamentados no legado cultural construído pela humanidade ao longo de sua história, voltado para o exercício dos postos de comando na sociedade; ao passo que a outra educa os filhos dos trabalhadores com as condições mínimas necessárias para que esses possam obedecer com melhores condições, tendo como principal objetivo alfabetizar e dar algumas noções de matemática aos jovens. Isso se reflete também no plano internacional, quando os governos nos seus respectivos Estados não fomentam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia por conta dos interesses estrangeiros na mão de obra barata e nos produtos primários que países pouco avançados tecnologicamente podem oferecer.

Nesse sentido, após o recente golpe sofrido pela democracia brasileira (2016), o atual presidente golpista Michel Temer tem trabalhado de modo a reforçar o modelo de escola dual, aprofundando ainda mais o abismo que separa ricos e pobres em um país que tem tão precária distribuição de renda, promovendo alterações no modelo educacional como por exemplo a “Reforma do Ensino Médio”, que passou a ser chamada pelos movimentos sociais, notadamente pelo movimento estudantil de “Deforma do Ensino Médio”, por esse ser um projeto que retira disciplinas fundamentais para a compreensão da realidade em que os estudantes estão inseridos e torna obrigatório o ensino, no sistema público, apenas das disciplinas português e matemática.

Outro projeto de lei que opera no mesmo sentido é o PL “Escola sem partido”, que longe de ser um projeto que promove a pluralidade de ideias, promove exatamente o contrário. Para Frigotto (2017, p.31):

“Ao por entre aspas o termo “sem” da denominação Escola sem Partido, quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc.. Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia.”

Recentemente também, surgiu uma proposta de corte nas bolsas da CAPES, previsto para 2019, que na prática, reduziria os investimentos em produção científica no Brasil, mas que diante da pressão feita pelos estudantes organizados, foi retirada.

Outro exemplo de como o modelo educacional de cada Estado interfere no panorama internacional é o currículo escolar brasileiro, que prioriza a língua inglesa em detrimento da espanhola, ou quando o conteúdo proposto para as aulas de história e geografia, ainda que em tese devam ser subordinados à lei 10.639/03, que determina o estudo da história e cultura afro-brasileira, na prática se voltam pra história da Europa e dos Estados Unidos, pouco falando

sobre o continente africano que tanto influenciou econômica e culturalmente no Brasil ou sobre a história dos países vizinhos com características semelhantes dificultando a formação de uma identidade latino-americana.

Nesse contexto, o movimento estudantil, constitui-se numa trincheira de luta que assume papel fundamental no processo de transformação da sociedade porque organiza a juventude no sentido de subverter essa ordem de dentro pra fora. Na prática o movimento de subversão estudantil se organiza em cada país dialogando com as características específicas de cada um, mas todos no mesmo sentido: resistir à dominação externa e promover não só uma educação emancipadora, mas um novo modelo de organização societária.

Como exemplo do caráter vanguardista dos jovens estudantes na resistência à dominação, lembramos a reforma de Córdoba (que neste ano completa 100 anos), na Argentina, em 1918 quando os universitários organizados passaram a cobrar reformas no modelo de ensino da faculdade exigindo participação estudantil na gestão da universidade, livre direito à cátedra para os professores e eleições diretas para reitoria, denunciavam a velha e arcaica estrutura da universidade e reivindicavam uma educação construída a partir de um pensamento latino-americano. Como resultado desse movimento, um dos mais marcantes na história dos estudantes latinos, surgiu um projeto de universidade latino-americana, que busca responder os problemas dos trabalhadores e trabalhadoras da América Latina.

No México em 1968 o movimento estudantil também esteve à frente da resistência quando naquela época o Partido Revolucionário Institucional, PRI, que estava à frente do governo mexicano havia muitos anos, tentava mostrar pro mundo através dos jogos olímpicos, o chamado "milagre mexicano", que foi um período de grande crescimento econômico do país. Apesar disso não havia distribuição uniforme desse desenvolvimento e, diante disso, os estudantes se organizaram pra apresentar um novo modelo de organização societária e lutar por democracia.

Organizaram na época as chamadas "brigadas de luta" que funcionavam paralelas às manifestações e tinham o objetivo de informar sobre a causa dos estudantes e organizar a mobilização dos jovens. Como mostrou RIBERTI, Larissa (2011 p.3):

“A petição, publicada pela FNET (Federación Nacional de Estudiantes Técnicos), [...] demandava: 1. Destituição do corpo de granaderos e da polícia metropolitana. 2. Destituição de chefes de polícia, militares e demais responsáveis pelo comando de repressões e violência sobre os estudantes e demais manifestantes. 3. Indenizações pelos estudantes mortos e feridos. 4. Revogação dos artigos 145 e 145 bis, que regulamentavam e propunham penas aos delitos de dissolução social. 5. Atribuição das devidas responsabilidades aos culpados pelas prisões e mortes. 6. Liberdade aos presos políticos, encarcerados a partir de 26 de Julho de 1968. Analisadas em um contexto mais amplo, percebemos que todas essas reivindicações giram em torno de um eixo: a democratização definitiva do México. Somente com ela era possível

destruir as bases autoritárias e instituídas por tantos anos de dominação partidária e o anacronismo de uma sociedade que se pretendia desenvolvida, mas que não conseguira atualizar suas ideologias e resolver o problema das desigualdades sociais.”

No Chile, em 2006, os estudantes também organizaram a maior manifestação estudantil da história do país, a chamada revolução Pinguina, que tinha como pauta além das tradicionais pautas de educação pública, gratuita e de qualidade; abolição do Decreto Supremo 524 de 10 de abril de 1990, que regulava os Centros de Alunos; passe livre e gratuidade na prova de acesso ao ensino superior. Em 1973 os estudantes já haviam ido às ruas, mas dessa vez com a principal pauta sendo em defesa da retomada da democracia no país e contra o governo ditatorial de Pinochet, que foi um dos mais sangrentos da história do continente.

No Brasil a organização do movimento estudantil caminha lado a lado com a história do país, tendo seus primeiros passos por volta de 1901, mas só passa a encabeçar uma organização de massa da juventude estudantil a partir de 1937 com a fundação da União Nacional dos Estudantes que, desde sua fundação compreendia a necessidade de organizar os estudantes não apenas em volta de suas pautas específicas, mas em torno das pautas do país, pressionando, por exemplo, o então presidente Getúlio Vargas para que se posicionasse contra o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial; depois da guerra a UNE se posicionou ao lado dos trabalhadores com a campanha "O petróleo é nosso" que resultou na criação da maior empresa estatal do país, a Petrobras.

Em 1948 surge a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a UBES, que a partir de então somou-se à UNE em todas as lutas em defesa da educação e do desenvolvimento nacional. Em 1961 os estudantes promoveram a campanha da legalidade, que defendia o direito de Jango ser empossado resultando na posse de João Goulart na presidência da república, após esse episódio os outros acontecimentos marcantes se deram depois da ditadura militar em 1964, que fazia parte de um plano de barrar os processos revolucionários na América Latina e os estudantes estavam muito bem posicionados na defesa da democracia e da soberania nacional, contra a ditadura e por conta disso, durante esses anos a UNE e a UBES ficaram na ilegalidade por conta da repressão, por meio da Lei Suplicy de Lacerda mas, ainda assim, lideraram o movimento por eleições diretas com a campanha das “Diretas Já!” nos anos de 1983 e 1984.

No início da década de 90, construíram uma forte mobilização nacional pelo impedimento do ex presidente Fernando Collor, com o movimento “Fora Collor” que resultou no impedimento desse, antes que terminasse seu mandato, em 1992.

Se posicionam contra os bloqueios feitos à Cuba, defendem o PROUNI e o Reuni e em 2007 ocupam sua antiga sede na praia do Flamengo, RJ, destruída na época da ditadura militar e "voltam pra casa".

Atualmente, a UNE e a UBES assumiram papel central na luta pela democracia no Brasil e propuseram o movimento “Fora Temer” e “Diretas Já”, defendendo a liberdade do ex presidente Lula, entendendo-o como preso político, e defendendo mais uma vez a Petrobras para o povo brasileiro.

Como dissemos, os movimentos estudantis na América Latina caminham lado a lado dos movimentos de trabalhadores e de defesa das soberanias nacionais, defendendo a democracia e a autodeterminação dos povos. Lutando por uma educação emancipadora, pública, laica e de qualidade socialmente referenciada, mas também por transporte, cultura, arte e lazer. Se posicionando contra o imperialismo estadunidense e contra o neoliberalismo cortante que atinge antes, e de maneira negativa, os excluídos. Rebeldes consequentes os estudantes se colocam como vanguarda consciente de todo processo contemporâneo de insurgência contra o sistema e são, talvez, os únicos que carregam em si as condições necessárias para a transformação da escola dual e para a derrubada desse projeto de hegemonia cultural que é excludente e opressor justamente com aqueles que produzem as riquezas para seus países.

Conclusão

Pudemos observar ao final deste trabalho que a educação se materializa como um importante instrumento na luta de classes, tanto na perspectiva da manutenção das estruturas sociais vigentes (tendência hegemônica), quanto no sentido da superação de um modelo educacional dual como um dos caminhos para a luta contra hegemônica, e que portanto trata-se de um campo em disputa.

Dessa forma, o modelo educacional implantado nas escolas públicas dos países latino-americanos analisados tem atuado de modo a distanciar os estudantes da possibilidade de uma percepção crítica acerca da realidade em que estão inseridos, comprometido no sentido de manter as estruturas de dominação internas e externas. Nesse contexto, o movimento estudantil tem se colocado contrário ao modelo de educação fragmentada ou dual, propondo uma escola unitária, que unifique a teoria e a prática, uma escola que prepare para o exercício do poder e que garanta capacidade de trabalhar técnica e manualmente, que dialogue com a luta pela emancipação dos trabalhadores e pela autonomia da América Latina.

Resultado

No processo de construção desse texto foram analisados 5 livros sendo eles: Galeano, Eduardo. As veias abertas da América Latina, Porto Alegre, RS: L&PM, 2017; Frigotto,

Gaudêncio. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira/ organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017; ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980; Gramsci, Antonio. Cadernos do Cárcere Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; Saviani, Demerval, Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política/ Demerval Saviani. -25. Ed.- São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. Um artigo: Riberti, Larissa. 2011, São Paulo: 1968 no México: O Movimento Estudantil frente ao autoritarismo de Estado. E um site: une.org.br. A partir dos quais chegamos aos seguintes resultados de compreensão:

Primeira premissa: nas sociedades divididas em classes a educação assume como forma predominante uma educação distinta para ricos e pobres, onde aos ricos é oportunizado apreender tanto aspectos técnicos quanto aspectos teóricos políticos para o exercício das funções de mando e o poder político. Do seu lado, aos filhos dos trabalhadores é destinado uma educação estritamente necessária para a inserção subalterna no processo produtivo. Segunda premissa: essa organização dos processos educativos diferenciado para ricos e pobres está subordinada à lógica de alienação dos resultados do trabalho que, por sua vez, só é possível porque na base desses processos de alienação reside a propriedade privada dos meios de produção; e que o conhecimento se constitui em meio de produção fundamental, tanto no seu aspecto abstrato quanto no seu aspecto concreto sintetizado nos instrumento de produção em forma de ciência e tecnologia.

Terceira premissa: aos trabalhadores interessa a unificação do processo educativo, de forma que estes possam se apropriar tanto do conhecimento prático quanto do conhecimento histórico cultural, como meio de exercício das funções produtivas, mas também como meio de ocupação das funções dirigentes e políticas nesta sociedade. O domínio das funções técnicas e políticas é uma condição para o exercício da disputa por hegemonia na sociedade.

Quarta premissa: na América Latina o movimento estudantil tem assumido um papel de aliança com os interesses estratégicos das classes subalternas, na luta por um projeto de escola unitária, no sentido aqui abordado.

Quinta premissa: o movimento estudantil neste processo tem assumido um papel protagonista de denúncia e de combate ao imperialismo na América Latina, que age por meio da imposição aos países desta região de projetos educacionais que reforçam o dualismo estrutural da sociedade e da educação.

Esses foram pois os resultados que nos foi possível chegar tomado como método o materialismo histórico e dialético e a bibliografia aqui utilizada.

Discussão

Observou-se diante da posição que a juventude estudantil tem adotado diante das questões nacionais e internacionais, na micro e macro política, que a condição a que os estudantes latino-americanos estão submetidos interfere diretamente nas suas ações políticas. Também pôde-se aferir que o conhecimento se constitui em um meio de produção, como tratou Saviani:

[...]contradição do capitalismo atravessa também a contradição relativa ao conhecimento: se essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção, e se a Ciência, se o conhecimento é um meio de produção, uma força produtiva, ela deveria ser propriamente privada da classe dominante. No entanto, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque sem conhecimentos eles não podem também produzir e, por consequência, se eles não trabalham não acrescentam valor ao capital, Desse modo a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos através dos quais ela procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores, e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e os desenvolver na forma parcelada. (SAVIANI, 1987, p.13)

Portanto a luta por uma nova organização societária que, sendo analisada sob o método do materialismo histórico e dialético, é a mesma luta pela socialização dos meios de produção, perpassa a socialização do conhecimento e de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Bibliografia:

- Galeano, Eduardo. As veias abertas da América Latina, Porto Alegre, RS: L&PM, 2017;
- Frigotto, Gaudêncio. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira/ organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017;
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980;
- Gramsci, Antonio. Cadernos do Cárcere Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;
- Saviani, Demerval, Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política/ Demerval Saviani. -25. Ed.- São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991;
- SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1987
- Riberti, Larissa. 2011, São Paulo: 1968 no México: O Movimento Estudantil frente ao autoritarismo de Estado;